

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDM - SETEMBRO**ATA Nº 08/2025**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), de forma presencial, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, localizado na Rua Antônio Feliciano Castilho, nº 594, Vila Louricilda, Americana - SP. A convocação foi feita por e-mail e publicação no Diário Oficial no dia 11 de setembro de 2025. **I - Abertura:** Às oito horas e cinquenta e seis minutos, a Presidente Joyce Élène de Taunay iniciou a reunião cumprimentando as conselheiras presentes. A reunião seguiu com as conselheiras presentes: Cibele Elena Ascari Umbelino da Silva (SASDH - Titular), Léa de Fátima Amábile de Queiroz Telles (SAÚDE - Titular), Cláudia Elias Neves Grillo (EDUCAÇÃO - Titular), Sonia Aparecida Bonesso (DAE - Titular), Maria Ap. Roberto Alves dos Santos (SINCOMÉRCIO - Titular), Patrícia Oliva Cavicchioli (SSPMA - Suplente), Kelly Cristina Favero (OAB - Titular), Joyce Élène de Taunay (PLP - Titular), Ana Cláudia Cavadas (ACIA - Titular), a secretária executiva da Casa dos Conselhos Paula Arrais Ribeiro Soares e a escriturária Thaís dos Santos de Oliveira. **II - Justificativas de ausências:** Marcia Regina Scapolan Riedo (SDHU - Titular), Fátima Aparecida Petrini Mercante (DEAME - Titular), Giselli Alves Rossi Thomaz (FATEC - Titular), Fabiana Rodrigues de Oliveira (Diaconia - Titular), Caroline Cristine de Lima Ardrim (APAM - Suplente), Áurea Stradiotto Mendes (Centro Cultural Candeeiro - Titular), Sandra Ferreira dos Santos (Cine Clube - Suplente), Raquel Jaqueline da Silva (Frente Feminista - Titular). **III - Aprovação da (s) ata (s) da (s) reunião (ões) anterior (es):** A presidente Joyce trouxe à pauta a aprovação da ata da reunião do dia 08 de agosto de 2025. Sobre a ata, Thaís respondeu que está finalizando e ficou deliberado que após finalizada, a ata será encaminhada ao Conselho para a aprovação, que será feita via enquete pelo aplicativo whatsapp. **IV - Informes Gerais:** A presidente Joyce fez uma consideração sobre os documentos enviados às conselheiras anteriormente à reunião, e pediu que fossem enviados em arquivos separados para que ficasse mais fácil a visualização para todas, considerando os equipamentos de acesso de cada conselheira. **1. Ministério do Trabalho e Previdência - Gabinete do Ministro Portaria no 4.219, de 20 de dezembro de 2022 - Altera a nomenclatura de Comissão Interna de Prevenção de**

Acidentes - CIPA nas Normas Regulamentadoras em virtude da Lei no 14.457, de 21 de setembro de 2022. **2.** NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Título vigente até 19 de março de 2023) NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA. Joyce falou sobre a norma que regulamenta e estabelece parâmetros e requisitos para a comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA). Reforçou que a íntegra dos documentos está disponível para todas as conselheiras em arquivos que foram enviados por email e whatsapp. Thaís falou sobre a reunião em que foi citada a fala da Conselheira Ana sobre a necessidade de abordar o tema da violência contra a mulher também nos ambientes predominantemente masculinos, como as empresas, e a CIPA é um instrumento constante, obrigatório e que tem amplo alcance nas estruturas empresariais. Léa pontuou que algumas empresas tomavam a iniciativa de contratar palestrantes para falar sobre o tema, mas agora com a regulamentação o tema torna-se obrigatório. Porém, cabe ao Ministério do trabalho a fiscalização, e não ao Conselho. Thaís comentou que as empresas estão se movimentando nesse sentido pois foi considerado como um fator de saúde no trabalho, visto que o assédio pode causar problemas psicológicos, depressão, com perda de produtividade e afastamentos. **3.** Divulgações - Aulas de Judô e Defesa Pessoal - Cruzada das Senhoras Católicas: Foi apresentado ao Conselho o convite da Cruzada das Senhoras Católicas para as aulas de judô e defesa pessoal voltadas para as mulheres. Ana aproveitou o tema para divulgar que no dia 28 deste mês, Karen Guerreiro também está disponibilizando um curso de Krav Maga, com 10 vagas disponíveis que serão oferecidas no grupo. Ainda sobre o tema, Léa citou uma visita ao gabinete da vereadora Talita De Nadai, sobre projeto de lei sobre a segurança pessoal da mulher vítima de ameaças, e Léa fez uma consideração sobre a inconstitucionalidade e demais problemas do projeto, e pontuou alternativas, como projetos nos territórios e melhorias na iluminação, policiamento, orientação aos adolescentes. Joyce colocou a educação e a orientação como o melhor método para evitar a violência, a mudança da cultura, e Léa a de priorizar a melhoria das políticas de cuidado e do direito da mulher. Cibele então pediu a palavra para apresentar a técnica Cristiane Maria Lopes Ramirez, que assumiu a Política de Mulheres, parte do setor de direitos humanos que estava com a Cibele até então. Cristiane, que veio do CREAS, se apresentou e foi recebida com as boas vindas pelo grupo. **V- Matérias para Deliberação: 1. Notificações compulsórias e o impacto nos índices de violência do município.** Foi deliberado levar este tema para a pauta da próxima reunião, visto que a

pessoa convidada por Léa para falar sobre este tema não pode comparecer nesta data. **2.**

Composição das Comissões Permanentes do CMDM - Memorando 4.293/2025 -

Minuta. Joyce falou sobre a necessidade de dar andamento às comissões temáticas. Afirmou ser obrigatório a adesão das conselheiras nas comissões. Ressaltou as comissões permanentes estabelecidas, bem como falou sobre as comissões temporárias. Léa falou sobre o trabalho já feito pelo Conselho em relação a cada comissão e sugeriu apresentar os assuntos competentes de cada comissão, inseridos no relatório que será feito ou até mesmo na pauta à ser montada. Ficou deliberado então pelo Conselho que será separado na pauta da reunião os assuntos relativos à cada Comissão que se reunirá quando necessário, e que ficará definido no grupo, a conselheiras que representarão cada Comissão após o levantamento da Composição das Comissões. **3. Eleição**

complementar para vagas do Conselho a serem preenchidas -Memorando

2.939/2025 - Minuta. Joyce falou sobre as vagas que ficaram em aberto após a eleição do ano anterior, e sobre as pessoas que foram eleitas, mas que não estão comparecendo às reuniões. Afirmou que é preciso observar o Regimento fazendo valer as regras sobre as faltas. Sugeriu a nomeação diretamente em assembleia, mas Paula lembra que o Conselho tem por regra o processo de eleição, desde sua primeira formação. O conselho não pode indicar, é preciso abrir inscrições, com uma resolução que regulamenta o processo complementar, estabelecendo as regras. Após esta etapa, sai um edital divulgando para que as pessoas se inscrevam. Ficou deliberado dar andamento ao processo de eleição complementar, fazendo um levantamento das conselheiras que estão efetivamente participando, trazendo ao Conselho o controle de faltas das reuniões desta gestão. **4. Análise das respostas aos ofícios enviados pelo CMDM.** Foi

apresentado ao Conselho a planilha com o status dos ofícios enviados pelo CMDM no ano de 2025. Após a apresentação da planilha, foram avaliados separadamente os ofícios que estavam com status de não respondidos. O Ofício CMDM 03/2025 enviado ao COMAD será dado como resolvido, visto que este conselho está suspenso. Deliberou-se notificar todos os Conselhos para que indiquem conselheiros para a eleição complementar assim que for regulamentada. Foi pedido pela conselheira Cibeles, acompanhar o ofício da indicação do Comsaúde, pois as conselheiras não estavam presentes, nem justificaram suas ausências. Sobre o ofício CMDM 27/2025 enviado à SASDH referente à solicitação de crachás para uso do colegiado do CMDM para fiscalizações, Léa trouxe à tona um problema que seria a utilização incorreta ou até

ilegal do crachá, mas também levantou a questão da necessidade de se ter uma identificação das conselheiras em determinadas ações. Patrícia então lembrou que têm o decreto onde consta o nome das conselheiras e que este pode ser utilizado como identificação. Sobre o ofício CMDM 16/2025, enviado em abril para a Secretaria de Saúde solicitando uma reunião para tratar sobre atendimento em saúde mental às mulheres, ofício este que está sem resposta até o presente momento, ficou deliberado que deve ser reiterado. Sobre o ofício CMDM 09/2025, enviado ao COMSAÚDE, que pede informações sobre o Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, foi sugerido por Paula que se reformule este ofício, e Léa lembra que deve se considerar as mudanças que aconteceram na gestão do conselho para que seja endereçado corretamente. Joyce pediu para que seja revisto na ata o que gerou a necessidade de se levantar essas informações, e que esta informação seja trazida ao Conselho.

5. Andamento das solicitações à DDM: o Ofício enviado segue ainda sem respostas, o Conselho pleiteia uma representante vinda da Delegacia da Mulher, visto que ainda tem vagas à preencher neste Conselho.

6. Setembro Amarelo - Prevenção ao Suicídio: Foi destacado que há recorrência de situações envolvendo mulheres que não conseguem acessar ou manter acompanhamento em serviços de saúde mental, seja por dificuldades de agenda, seja por incompatibilidade com horários de trabalho. Relatou-se que, em alguns casos, houve retorno por parte de profissionais da área, possibilitando encaminhamentos específicos, ainda que com limitações. Foi mencionado que parte das demandas envolve mulheres em situação de violência, inclusive com medidas protetivas, mas que ainda encontram obstáculos para acessar atendimento contínuo. Destacou-se a importância de que essas mulheres tenham conhecimento de seus direitos e saibam que podem procurar diretamente órgãos competentes, como a Promotoria, sem prejuízo dos encaminhamentos realizados pela rede municipal. Na sequência, foram trazidos relatos sobre ações realizadas em escolas e espaços educativos, especialmente com adolescentes, abordando temas relacionados a violência, consentimento e relações afetivas. Foi relatado que, ao separar grupos de meninas, surgiram questionamentos diretos sobre confiança, coerência entre discurso e comportamento, e expectativas culturais, evidenciando a necessidade de trabalhar essas temáticas de forma sistemática e contínua. Foi pontuado que há fragilidade tanto no espaço escolar quanto no familiar para tratar dessas questões, o que reforça a responsabilidade do poder público e dos conselhos na proposição de ações educativas. Observou-se que, apesar das dificuldades,

há indicativos de que algumas iniciativas estão funcionando e gerando procura espontânea por orientação e apoio. Ainda no mesmo contexto, discutiu-se a importância de levantamento de dados e indicadores, especialmente no que se refere a tentativas de suicídio e suicídios consumados no município, com comparação entre os anos de 2024 e 2025. Foi sugerido que tais dados sejam apresentados em reunião futura, de modo a subsidiar análises mais qualificadas e o planejamento de políticas públicas. Foram mencionadas articulações com a área da saúde do trabalhador e com setores da Secretaria de Saúde, destacando-se que o sofrimento emocional também atinge servidoras públicas e mulheres em idade produtiva, demandando ações preventivas mais amplas.

7. Ciência da entrega às Secretarias do Município das Deliberações da 5ª Conferência dos Direitos das Mulheres: Joyce explanou sobre as diversas reuniões que ocorreram após a conferência com as propostas para o município, para o Estado, e para a Conferência Nacional. Fez a colocação de que nenhum outro Conselho anteriormente conseguiu atingir cada Secretaria de forma tão eficiente, oficiando e visitando todas com as propostas levantadas em todos os territórios de Americana durante as pré conferências. Foi sugerido e deliberado oficializar as secretarias também com a cobrança de respostas para cada proposta ou reclamação, com o prazo até final de outubro para que as secretarias se pronunciem.

8. Esclarecimentos sobre o Mãe Americanense e atendimento dos CRAS: Foi comunicada que algumas mulheres não conseguiram fazer a inscrição para o Programa Mãe Americanense, e questionado sobre o fluxo da inscrição. A Conselheira Léa avisou que a dúvida já havia sido sanada, e que as mulheres seriam procuradas para esclarecimento de que elas procuraram pelo serviço após o encerramento do prazo de uma das ações e antes da abertura das inscrições da próxima.

9. Relato das participantes sobre a V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres: As conselheiras municipais Léa, Cibele e Joyce participaram da conferência estadual como delegadas. Joyce começou um relato sobre sua percepção de uma desorganização nunca vista, uma Conferência totalmente desorientada. Léa concordou e chamou a Conferência de “tragédia estadual dentro de uma desorganização”. Ela lembra que vem falando sobre, e que é de fato totalmente coerente com o encaminhamento dado em relação à essa política pelo governo do Estado de São Paulo, quando decide-se tirar milhões em recursos desta secretaria. Então assim, a conferência foi um retrato da desimportância política que foi dada à essa pasta. Essa conferência poderia ter sido cancelada mas acabou acontecendo nessas condições,

porque as mulheres realmente entenderam que era melhor ter uma representatividade e estar em Brasília garantindo assim a presença das delegadas do Estado de São Paulo, um dos maiores estados, e sempre a maior delegação. Lembrou a fala da Ministra Carmem Lúcia que falou sobre o fato de que nós mulheres demoramos 2000 anos para ter voz, por isso a necessidade de manter a Conferência e garantir representatividade, e lembrou que nesse cenário, até o mestre de cerimônias era um homem. A referida Conferência que aconteceu de forma online apresentou diversos problemas técnicos, as mulheres não conseguiam entrar, as mulheres não conseguiam falar. As propostas que saíram foram ao encontro às que saíram nas conferências municipais, então percebeu-se que os assuntos eram muito parecidos, levando em consideração as óbvias demandas regionais, e de recortes étnicos e culturais.

10. Memorando 9.923/2025 sobre Ofício CMDM nº 28/2025 - Reiteração de solicitação sobre transporte social para exames médicos - Resposta: Solicitado como e quando as pacientes são informadas sobre o direito ao transporte municipal, a Secretaria da Saúde informou que todos os usuários que procuram o setor de transporte social recebem informações completas sobre o protocolo, incluindo direitos e obrigações para a utilização do serviço. As orientações são prestadas presencialmente no ato da solicitação, e também pode ser obtidas por telefone e canais disponíveis para solicitar e acompanhar o transporte social, ou presencialmente no setor de transporte social localizado na Secretaria Municipal de Saúde da Avenida Bandeirantes, nº 2390, de segunda a sexta-feira (exceto em feriados e pontos facultativos) das 8h00 às 14h00, bem como pelo telefone (19)3472.9350. Salientando que a disponibilidade de vagas e ou solicitações com necessidades especiais, essas vagas são analisadas caso a caso. Os documentos necessários para ter acesso ao benefício, documento pessoal com foto, comprovante de endereço, cartão SUS, comprovante do agendamento contendo a data, horário e local do exame. É importante avisar que as solicitações devem ser realizadas no mínimo 7 dias de antecedência em relação à data desejada.

11. Memorando 10.756/2025 referente ao Ofício CMDM nº 42/2025 - Solicitação de informações sobre o implante contraceptivo - Implanon -Resposta: Em resposta ao Conselho, a Secretaria de Saúde se manifestou sobre os critérios para colocar o implante contraceptivo (Implanon), e que por conta do alto custo e baixa disponibilidade, o critério ainda é o uso em mulheres acolhidas, em situação de vulnerabilidade, deficiência mental ou intelectual. Léa dissertou sobre os critérios não atenderem toda a demanda do município, e de excluir as

adolescentes que em geral são uma parcela da população feminina muito afetada pelas gestações indesejadas ou não programadas. **12. Ofício 4.827/2025 - solicitação de ampliação da equipe do Procon** - Em resposta ao Conselho sobre a quantidade de profissionais atuantes para fazer o trabalho de fiscalização de bares e restaurantes, Estevão Luiz Cardoso, representante do Procon de Americana, respondeu que foi nomeado junto da administração municipal o servidor Antônio Leal dos Santos para o cargo de assistente jurídico, passando a fazer parte da equipe da unidade de defesa do consumidor Procon. O servidor admitido receberá treinamento e capacitação através de curso obrigatório de atendimento e após aprovação estará apto para realizar o curso de formação de agentes de fiscalização da defesa do consumidor também promovido pela instituição. Assim, poderá usufruir competência legal e expressa para fiscalizar, preservar e promover o interesse público, não só quanto ao tema em questão, mas em todas as demais demandas relacionadas à esfera de defesa do consumidor. Ressaltaram que os cursos seguem o cronograma disponibilizado pela Fundação em São Paulo, em datas distintas e, portanto, a capacitação não é imediata. Ainda informou que em breve a unidade de defesa do consumidor irá contar com uma nova estrutura em um novo local para melhor atendimento da população com a projeção de novo aumento de quadro de pessoal em razão da expansão do espaço físico e modernização do setor. Por fim, salientou que o município tem reforçado junto aos estabelecimentos destacados a relevância da adequação das normas vigentes, garantindo a observância e o cumprimento das políticas públicas de proteção à violência contra as mulheres e em específico ao protocolo “Não é Não”. **VI - Informes da Presidência:** Joyce fez menção a projetos e experiências externas, inclusive de outras localidades, que podem servir de referência para ações locais, especialmente no que se refere à educação emocional, prevenção da violência e fortalecimento da rede de proteção. Ao final, reforçou-se que muitas das ações demandam tempo, investimento e continuidade, mas que o fortalecimento do papel dos Conselhos, a produção de material informativo e a articulação entre políticas públicas são caminhos necessários para avanços concretos. **VII - Informes dos Conselheiros. VIII - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h15, ficando registradas as deliberações e encaminhamentos acima. A ata foi lavrada por Thaís Santos de Oliveira, escriturária da Casa dos Conselhos e assinada pela Presidente Joyce Élène de Taunay.

Joyce Élène de Taunay

Presidente do CMDM



Rua das Poncianas, 1225 - Jd. Glória - Americana/SP



americana.sp.gov.br



cmdm@americana.sp.gov.br